

Gabriel Cohn

---

**Crítica e Resignação**

Max Weber e a teoria social

COMPLEMENTAR 3

11

NOME PROF: Marta

COD M 19 PASTA 6

115 a 133

1,32

**Martins Fontes**

São Paulo 2003

7

1º ano

Sociologia Política (G.D)

MARTA BERSSAMIN

## CAPÍTULO 1 RACIONALIDADE E COMPREENSÃO

Passemos então ao exame direto das posições assumidas por Weber, sobretudo nos seus escritos metodológicos, sempre polêmicos, em face das idéias que demarcaram o seu campo de preocupações. Dos seus trabalhos na área de metodologia, interessam-nos diretamente aqueles produzidos na fase decisiva do amadurecimento das suas idéias, entre 1903 e 1906. Seus outros escritos serão utilizados apenas subsidiariamente, naquilo que for diretamente relevante para chegar à minha tese central quanto à contribuição de Weber à teoria social.

Entre 1903 e 1905, Weber publicou uma série de artigos em que assumia posição diante dos problemas do historicismo, representado pela obra de Wilhelm Roscher, e da "irracionalidade da ação", examinada na obra de Karl Knies. Paralelamente, desenvolvia uma crítica às concepções positivistas. No conjunto, esses ensaios representam uma definição de Weber em face da "controvérsia metodológica" examinada mais acima. Como ocorre com a maioria dos trabalhos metodológicos de Weber – sempre escritos a contragosto – trata-se de ensaios ocasionais, em

que os mais variados temas e autores são tratados, praticamente ao correr de uma pena tão infatigável no autor quanto fatigante para o leitor. A vantagem desse procedimento está em que torna possível encontrar alguns dos fios mais importantes da intrincada teia que o vincula ao pensamento de sua época.

Logo no início do seu exame das idéias de Roscher, Weber dirige-lhe uma crítica muito reveladora. No contexto de uma constatação da incapacidade de Roscher para distinguir entre a formação de conceitos nas ciências naturais e na história, Weber comenta que esse autor estava empenhado em rejeitar a dialética hegeliana, e que ele "jamais se empenhou numa discussão com aquela forma de dialética hegeliana representada pelo *Capital* de Karl Marx"; além do que as referências a Marx no seu livro sobre a história da economia política, em uma única página, são de "alarmante insuficiência" (Weber, 1973: 17). Embora Weber faça referência, mais adiante, ao fato de as formulações de Roscher serem vulneráveis diante da "nossa atual maneira de ver, orientada em relação a Marx", o fato a ser desde logo salientado aqui é que o próprio Weber também jamais se dedicou a um confronto explícito com a dialética marxista. É precisamente por isso que, apesar da óbvia importância de Marx – ou melhor, das concepções do marxismo que circulavam na época de Weber – para as suas próprias idéias, enquanto ponto de referência negativo, não há necessidade, no presente trabalho, de estabelecer um confronto direto entre ambos esses pensadores. Primeiro, porque isso não é diretamente relevante para uma análise preocupada com o universo de idéias que efetivamente, através do estudo e do contato direto, contribuíram para formar um esquema teórico original, além de que tais confrontos já existem na bibliografia

(p. ex., Ashcraft, 1964). Depois, porque parece estar suficientemente comprovado que realmente Weber sempre trabalhou à margem do pensamento de Marx, sem jamais atravessá-lo criticamente. Pelo menos até 1906 – ou seja, quando suas concepções metodológicas já estavam cristalizadas – tudo indica, conforme estudiosos autorizados, que Weber não havia feito uma leitura aprofundada de Marx (Mommsen, 1974a: 147; Giddens, 1972: 190 ss.)

Convém, de qualquer modo, advertir desde logo contra a tendência, encontrada na bibliografia, de apresentar Weber como uma espécie de paladino antimarxista, preocupado basicamente com a formulação de uma contrapartida idealista ao materialismo histórico. Essa interpretação tem sido sustentada, em grande medida, por autores mais interessados em apresentar Weber como um porta-voz do antimarxismo que eles próprios sustentam do que em realizar uma análise séria da sua obra. E isso já ocorria durante a vida de Weber, para seu desgosto. Segundo um ex-discípulo e amigo seu, Paul Honigsheim, quando o historiador Hans Delbrück tentou difundir a idéia de que a tese de Weber sobre a relação entre calvinismo e capitalismo constituía um caso exemplar de idealismo antimarxista, este protestou dizendo: "Não posso aceitar isso; sou muito mais materialista do que Delbrück pensa" (Honigsheim, 1968: 43). Deixando de lado as conhecidas afirmações de Weber de que ele estava mais preocupado com "completar" a obra de Marx do que com refutá-la mediante a inversão da sua perspectiva, e também ignorando por ora a sua evidente e declarada oposição prática ao socialismo, cumpre reconhecer que essa sua observação tem fundamento até na sua sociologia da religião, se sairmos dos limites da sua obra sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Com uma ponta de exagero, mas de

maneira plausível no geral, um comentarista contemporâneo escreve:

Cunipre parar de ver em Weber um "anti-Marx", pois Weber chega, no conjunto da sua obra e em particular nos seus ensaios sobre Sociologia da Religião, a uma conclusão exatamente inversa daquela que formula na *Ética protestante*. Toda a sua obra está permeada por uma convicção: a organização de uma sociedade e as correntes de pensamento que a animam são, em última análise, o produto da relação de forças entre as camadas que a compõem. Eis o que nos aproxima consideravelmente da concepção de Marx! (Stern, 1971.)

Por sua vez, o próprio Weber não regateava elogios à obra de Marx, que considerava de penetração quase profética na realidade histórica que se propunha examinar. Já em 1920, numa das suas últimas apresentações em público, Weber opôs-se energicamente às formulações depreciativas que Oswald Spengler dedicara a Marx, numa conferência. "Se Karl Marx sáísse do túmulo hoje e olhasse em volta, teria razão para dizer, apesar de algumas discrepâncias importantes: o que vejo é realmente carne da minha carne, sangue do meu sangue" (Baumgarten, 1964: 554).

De qualquer modo, é evidente que há um ponto em comum entre as preocupações de Marx e de Weber, e que não deve ser subestimado: a posição central atribuída aos problemas da sociedade capitalista na obra de ambos, ainda que com a diferença de que num caso isso conduz a uma crítica revolucionária e no outro a uma crítica marcada pela resignação.

Na sua crítica a Roscher e especialmente a Knies, contudo, Weber está mais preocupado com as implicações da posição historicista que eles assumem. Mais amplamente,

suas objeções dirigem-se tanto ao "historicismo" quanto ao "psicologismo" ou ao "naturalismo" como fontes supostamente legítimas de "visões do mundo" (Weber, 1973: 63). Mas, no caso de Roscher e Knies o alvo principal é o historicismo, representado por idéias desses autores como a de que os "povos" constituem "unidades orgânicas" impulsionadas por "forças" internas, e que o complexo orgânico mais abrangente é a "humanidade", ou por noções como a de "condicionamento recíproco" dos fenômenos (Weber, 1973: 142 ss.) Ao sustentar idéias desse tipo, por sinal, Knies está na mais direta linhagem que tem sua origem em Herder, que é afinal algo assim como o patrono das diversas variantes do pensamento historicista no século XIX, incluindo, em boa medida, Dilthey (Gregory, 1963). Nesse mesmo contexto está a importante crítica que Weber dirige mais adiante contra a idéia, que também já vimos em Windelband, de que há um componente fundamental de caráter imprevisível na ação humana, atribuído à irracionalidade que a caracterizaria e à qual ele vincula a liberdade da ação. A isso Weber responde com uma formulação que ocuparia posição central no seu pensamento. É a de que a associação entre irracionalidade e imprevisibilidade não pode ser identificada com liberdade mas, ao contrário, que esta só pode encontrar-se nas condições exatamente opostas, quando a racionalidade e a previsibilidade ensejam opções entre linhas de ação alternativas (Weber, 1973: 66, 69). Em suma, Weber está enfatizando, neste ponto, que tanto a liberdade do sujeito quanto a possibilidade de explicação científica da sua ação não podem ficar subordinadas à idéia de acaso, que dá conteúdo à associação entre irracionalidade e imprevisibilidade.

Do ponto de vista mais amplo, a tese de Weber é a de que a previsibilidade no conhecimento científico da

ação humana é tão possível, ou mais, do que no caso dos fenômenos naturais. Enfim, a ação humana é explicável, ou seja, pode ser posta em consonância com nosso conhecimento "nomológico", referente a regularidades observáveis dos eventos. Mas isso não o conduz sem mais ao campo de uma concepção positivista, segundo a qual o conhecimento de leis gerais é possível, necessário e suficiente também no domínio das ciências histórico-sociais. Seu argumento, neste ponto, é também da maior importância, porque prefigura as idéias que norteariam todos os seus trabalhos posteriores. Não adianta, sustenta ele, constatar da maneira mais precisa e rigorosa que, sempre que expostas a determinada situação, as pessoas reagirão de maneira idêntica. Falta "compreender" (as aspas são de Weber) porque sempre se reage assim. Vale dizer, precisamos ter condições para uma "reprodução interna" da motivação dessas pessoas.

Com isso, apesar da linguagem não consolidada, que ainda admite expressões como "reprodução interna", está dado um passo decisivo. A especificidade das ciências histórico-sociais reside no caráter *significativo* (termo não examinado por Weber nesse ensaio) dos fenômenos de que tratam, embora Weber advirta também que a constatação disso não é suficiente para resolver o problema "lógico" (no sentido de relativo à metodologia, à lógica das ciências) dos fenômenos de que tratam, embora Weber advirta também que a constatação disso não é suficiente para resolver o problema *lógico* dos procedimentos a serem adotados no conhecimento dessa realidade e, sobretudo, não responde à questão fundamental de como firmar a *validade* das conclusões alcançadas. Com isso, todos os grandes temas estão lançados e podem ser examinados tal como se desenvolvem nesse conjunto de ensaios, sempre levando-se em conta que na presente análise esses escritos, que se estendem de

1903 a 1906, estão sendo tratados como formando uma unidade. Recorde-se que, de permeio, Weber publicou seu ensaio sobre a objetividade, que, sob vários aspectos, pode ser considerado uma espécie de sistematização e explicitação programática das idéias contidas nos trabalhos sobre Roscher e Knies, embora evidentemente não se reduza a isso.

Um problema de especial importância que é examinado intensivamente nesse conjunto de ensaios é o da compreensão/interpretação da ação ou dos seus resultados como recurso analítico nas ciências histórico-sociais. O tratamento que Weber dá ao tema é caracteristicamente complicado, com inúmeras hesitações, até terminológicas, e infundáveis digressões polêmicas, mas as idéias fundamentais a que ele chega podem ser expostas de maneira razoavelmente integrada, no que diz respeito aos pontos realmente fundamentais. O caráter tortuoso do raciocínio de Weber não deve ser atribuído, é claro, a limitações de ordem intelectual ou a puros cacoetes de estilo: é que ele estava lutando com problemas para os quais o repertório conceitual disponível não oferecia soluções. E, o que é pior, e normal nesses casos, o próprio vocabulário do qual era obrigado a servir-se dificultava a formulação nítida dos problemas que o preocupavam.

A própria noção de *compreensão* é um exemplo disso. Na tradição de pensamento em que ela se insere a tendência é no sentido de vinculá-la à idéia de *vivência* e concebê-la como uma reconstrução, mais ou menos enfaticamente pensada como ocorrendo pelo exercício de uma "empatia", das condições concretas da ação. Ora, Weber sustenta, contra o positivismo naturalista, que a compreensão é recurso acessível e indispensável nas ciências histórico-sociais: "sempre que pudermos, devemos usá-la". No entanto, ele dedica enorme esforço para demonstrar que essa compreensão, ou interpretação, nada

tem a ver com qualquer "revivência empática" de ações alheias, sempre que seu objetivo seja conduzir a um conhecimento científico de fenômenos empíricos. Nesse particular, sua argumentação segue duas linhas principais. Primeiro, toda vivência (inclusive a de si próprio) é vaga e confusa, sendo incapaz de ministrar critérios analíticos seguros para distinguir o significativo do irrelevante nos fenômenos. Para chegar-se à compreensão é preciso romper os limites opacos da vivência, convertendo-a em objeto da análise (Weber, 1973; 104). Segundo, a tentativa de captar o significado de um fenômeno mediante sua revivência acarreta o risco de confundir a vivência própria com a do sujeito da ação que se pretende conhecer. Enfim, o recurso à compreensão não envolve, de modo algum, qualquer modalidade de intuição e nada deve a qualquer tipo de psicologismo.

Na realidade, a compreensão envolve, antes de qualquer suposta "evidência imediata", dois recursos analíticos fundamentais: o acesso a um conhecimento "nomológico", referente a regularidades observáveis de conduta dos agentes, e a construção de tipos. Ambos esses recursos, por sua vez, envolvem a consideração por valores, como princípios últimos orientadores da conduta: no primeiro caso, porque a observação de regularidades da conduta implica considerar as linhas alternativas de ação abertas para os sujeitos pelos valores vigentes no contexto em que agem; no segundo, porque é com referência a valores determinados, vigentes para o pesquisador, que se terão os critérios para os procedimentos seletivos inerentes à construção de tipos – e, sobretudo, que se despertará o interesse pela busca de nexos causais entre os fenômenos. Longe de acompanhar a tese intuicionista de que a compreensão permitiria captar uma "personalidade" ou um "indivíduo histórico" na sua integridade, a convicção de

Weber é a de que a unidade de tais entidades só pode ser obtida por via construtiva e mediante a seleção de determinados atributos seus, precisamente os que são significativos para o pesquisador, com referência a determinados valores.

Assim, não há atributos intrínsecos aos fenômenos que permitam o seu conhecimento pleno através das supostas evidências ensejadas por alguma forma de captação intuitiva. Definitivamente, e isso nunca será demais enfatizado, a compreensão não diz respeito às personalidades dos agentes, muito menos a quaisquer "vivências", mas às suas ações. A Weber não interessa a *vivência* dos sujeitos, mas sua *experiência*. Vale dizer, também não lhe interessam suas ações de per si, mas sim o estabelecimento de nexos causais entre várias ações do mesmo agente (típico) ou entre as ações de vários sujeitos diversos, num mesmo contexto. Daí a importância, nesse ponto, do conhecimento "nomológico" do pesquisador, pois o que importa é transcender a ação singular como puro evento. Daí também a importância dos procedimentos construtivos envolvidos no tipo, pois do contrário não há como transcender a pura realidade empírica vivida, que é um fluxo inesgotável de eventos singulares (um "contínuo heterogêneo", para usar a linguagem de Rickert, que aqui cabe). Tomado de per si o universo dos eventos singulares é puramente contingente; mas, como os homens criam valores e são capazes, em função desses, de atribuir significado à sua conduta, está aberto o caminho não só para a racionalidade da ação como também para seu conhecimento pelas vias racionais próprias ao método científico. O estabelecimento de relações causais entre cursos de ação está, portanto, intimamente ligado à questão da racionalidade da própria ação. Mas, como a circunstância das ações terem causas não deriva de quaisquer atribu-

tos objetivos intrínsecos ao mundo mas da própria capacidade dos homens de criarem a racionalidade como valor e orientarem suas ações em consonância com isso, fica de pé a idéia de que a causalidade não é a marca da servidão dos agentes às exigências "objetivas", mas de sua própria liberdade, ainda que "subjéctiva" – da sua autonomia, no sentido restrito que Weber concede ao termo.

Isso nos remete ao papel que Weber sempre atribuiu, no seu esquema analítico, à ação racional, que envolve o domínio da relação entre meios e fins. Recorde-se que para ele a ação racional com referência a fins é a ação compreensível por excelência. Uma das grandes contribuições dos ensaios que estamos examinando consiste precisamente em levar isso até as suas conclusões últimas e, especialmente, em associá-las a uma idéia de extrema importância, a saber, que a compreensão não incide simplesmente sobre a ação, nem muito menos sobre o agente, mas também sobre a *situação* em que a ação se dá. No fundo, compreendem-se complexos, ou encadeamentos, de ações dotadas de sentido, das quais os agentes são portadores, para usar um termo repetida e sugestivamente adotado pelo próprio Weber. Aqui cabe uma longa citação, que exprime as idéias centrais de Weber com relação ao tema. Ela ocorre no contexto da discussão da utilidade do esquema típico-ideal da aplicação, pelo agente, da relação adequada e portanto racional, da relação meios/fins. Vale dizer, está em jogo a idéia de que, conhecidas certas regras do decurso dos fenômenos, é possível estabelecer, como hipótese dotada de alta probabilidade de confirmação empírica, qual a linha de ação que oferece uma conexão "ótima" (o termo não é de Weber) entre os meios disponíveis para o agente e os fins por ele perseguidos. Trata-se, portanto, de avaliar empiricamente a eficácia racional da ação.

Confrontamos a ação efetiva com aquela que, do ponto de vista "teleológico", é racional consoante regras gerais da experiência causal, seja para estabelecer um motivo racional que possa ter guiado o agente, e que pretendemos conhecer, mediante a demonstração de que suas ações efetivas constituem os meios adequados para um fim que ele "pudesse" ter perseguido, seja para tornar compreensível por que um motivo que conhecemos do agente tenha tido outro resultado que o esperado subjetivamente por ele, devido à escolha dos meios. Em ambos os casos, contudo, não empreendemos uma análise "psicológica" da "personalidade" mediante quaisquer recursos peculiares do conhecimento, mas sim analisamos a *situação* "objetivamente" dada com ajuda do nosso conhecimento nomológico. A "interpretação" reduz-se aqui ao conhecimento geral de que podemos agir "eficazmente", vale dizer, que podemos agir com base na ponderação das diversas "possibilidades" de um decurso futuro no caso da realização de cada uma das ações (ou omissões) pensadas como possíveis. Em conseqüência da eminente importância fatural da ação "consciente dos fins" na realidade empírica, a racionalização "teleológica" presta-se a ser usada como meio construtivo para a formação de figuras de pensamento dotadas do mais extraordinário valor heurístico para a análise causal de conexões históricas. E essas figuras de pensamento construtivas podem ser: (1) de caráter puramente individual, como hipóteses interpretativas para conexões singulares concretas [como na análise da política de Frederico Guilherme IV, condicionada por seus fins e pela constelação de "grandes potências"]; (2) ou então – e isso nos interessa aqui – podem ser construções típico-ideais de caráter geral, como as "leis" da economia abstrata, que constroem as conseqüências de situações econômicas determinadas sob o pressuposto da ação rigorosamente racional. Em *todos* os casos, contudo, a relação entre essas construções teleológicas e aquela realidade de que tratam as ciências empíricas (...) é apenas a de um conceito típico-ideal, que serve para facilitar a interpre-

tação empiricamente válida na medida em que os fatos dados são comparados com uma possibilidade de interpretação – um *esquema interpretativo* (...). Também não ocorre que “conheçamos” através da interpretação racional (...) a “ação real” mas sim conexões “*objetivamente possíveis*”. A evidência teleológica tampouco significa, nessas construções, uma medida específica da validade empírica, mas a construção racional “evidente”, quando corretamente executada, pode precisamente tornar cognoscíveis os elementos teleologicamente não racionais da ação econômica efetiva, e por essa via torná-la compreensível no seu transcurso real (...). É apenas pela circunstância de que as categorias “fim” e “meios” condicionam a racionalização da realidade empírica que se torna possível construir tais esquemas [de “formação de conceitos típicos-ideais”]. (Weber, 1973: 129-31.)

Com base nisso, Weber está apto a sustentar sua rejeição da idéia “romântico-naturalista” do caráter inefável e irracional da “personalidade” e da relação disso com a ação livre. Quanto mais a ação é livre de coerções externas ou internas,

tanto mais a motivação conforma-se, *ceteris paribus*, às categorias “fim” e “meios”, tanto mais sua análise racional e eventualmente sua inserção num esquema de ação racional se torna possível, mas também é igualmente grande, em consequência disso, o papel desempenhado pelo conhecimento nomológico, tanto para o agente quanto para o pesquisador, e tanto mais o agente está “determinado” no tocante aos “meios”. Há mais. Pois, quanto mais “livre”, no sentido aqui empregado, é a ação, vale dizer, quanto menos traz em si o caráter do “decurso natural”, tanto mais se realiza finalmente aquele conceito de “personalidade” que encontra sua “essência” na constância de sua relação interior com determinados “valores” e “significados” da vida últimos, que se exprimem em suas ações e fins e as-

sim se convertem em ação teleológica-racional. (...) Para o fabricante na luta concorrencial ou para o investidor na Bolsa a crença no seu “livre-arbítrio” é de bem pouca valia. Ele tem a opção entre a aniquilação econômica ou a obediência a máximas muito determinadas de conduta econômica. Se ele não as segue, para seu prejuízo, seremos levados a considerar – entre outras hipóteses possíveis – a explicação de que ele carecia de “livre-arbítrio”. Precisamente as “leis” da economia teórica pressupõem, necessariamente, tal como naturalmente ocorre com qualquer interpretação puramente racional de um evento histórico singular, a presença do “livre-arbítrio” em qualquer sentido possível do termo no plano empírico. (Weber, 1973: 132-3.)

De maneira ainda mais incisiva essas idéias aparecem condensadas quando Weber sustenta que

as “leis” econômicas são esquemas de ação racional que são deduzidas não da análise psicológica dos indivíduos mas mediante a reprodução típico-ideal do mecanismo da luta de preços a partir da situação objetiva assim construída na teoria. Esta, quando se exprime de maneira “pura”, somente deixa para o indivíduo envolvido no mercado a opção entre a adaptação “teleológica” ao “mercado” ou a ruína econômica. (Weber, 1973: 140.)

Essa passagem final permite, numa observação circunstancial, lembrar a razão pela qual a noção de “mercado” aparece com tanta insistência na obra weberiana, inclusive para a construção do conceito de classe social. É que o mercado constitui uma *área de interação*, na qual os agentes se defrontam em termos do sentido das suas ações. Trata-se de um caso típico de *situação*, em que os sentidos das ações de vários se entrelaçam; sobretudo, constitui o caso mais extremo da situação marcada pela ação *racional* com referência a fins.

Para desenvolver a temática suscitada por esses ensaios, convém assinalar desde logo a íntima relação que há, no pensamento de Weber, entre as categorias de ação social, compreensão, situação, possibilidade objetiva, conhecimento nominalógico e causalidade. Passemos ao exame disso, sem esquecer que o recurso metodológico que informa todo esse entrelaçamento é o da construção dos tipos ideais e que a premissa última, ou idéia diretriz, da reflexão weberiana nesse nível é a da racionalidade possível da ação.

Sabemos que para Weber a ação social é sempre significativa, e que a relação social o é de maneira ainda mais profunda, posto que nela não interessa somente a orientação da conduta do agente conforme a de outro mas, sobretudo, que o sentido da sua ação está condicionado pela sua orientação relativamente ao conteúdo significativo das ações de outro, ou outros. Aqui já desponta a razão metodológica da distinção entre ação e relação social, que, como vimos, aparece em Weber mas não em Simmel. A rigor, a noção de ação social desempenha um papel diminuto na análise weberiana, se comparada com a de relação social. Mas ela é necessária no seu esquema porque lhe permite, desde logo, descartar qualquer perspectiva "naturalista" desse esquema. Além disso, dá-lhe condições para sustentar que o único portador real de sentidos é o agente individual, o que elimina qualquer "historicismo" ou "sociologismo". Quanto à ameaça de um "psicologismo", fica descartada, entre outros motivos (dos quais o principal é que a entidade compreensível é o *sentido* da ação e não o próprio agente), precisamente pela circunstância de que a análise efetiva incide mais sobre a *relação* social. Weber tinha nítida consciência, tal como Simmel, de que as ações sociais – mais precisamente, os seus sentidos – condicionam-se reciprocamente, conduzindo a um estreitamento da margem de opções disponíveis para os agentes. Sim-

mel derivou dessa idéia o seu conceito de *forma*, ao passo que em Weber ela se traduz na idéia de *situação*. A grande diferença entre ambos os autores, nesse ponto, é que Weber problematiza aquilo que para Simmel era pacífico.

Essa diferença manifesta-se de duas maneiras fundamentais. A primeira diz respeito à idéia da necessidade de operar com tipos, presente em ambos mas com uma distinção da maior importância. É que, se em Simmel o tipo é obtido através de um processo de *depuração* dos dados empíricos cuja unidade já está presente, para Weber trata-se de *construí-los* a partir de traços discretos tomados seletivamente de uma realidade que se apresenta como congêrie de eventos singulares. É esse processo de abstração dos conteúdos pontuais da interação, tratados como motivos internos da ação mais do que como referências significativas, que permite a Simmel chegar às formas dos processos sociais como arcabouços que persistem mesmo na ausência dos impulsos que primeiro as originaram. Isto para Weber é um procedimento inaceitável, por duas razões. Primeiro porque, ao instalar os móveis das ações no interior dos agentes, Simmel acaba sendo obrigado a projetar para fora deles (no limite, separadas e em contraposição a eles) as condições de persistência de orientações da ação (no seu caso, precisamente as formas associativas), quando em Weber basta que se reproduza a situação. Depois, porque torna difícil a distinção, fundamental para Weber, entre sentidos "subjetivos" e sentidos "objetivos", externos aos agentes, sem a qual, como já vimos no reparo de Weber a Simmel, fica comprometido todo o esforço de construção de uma teoria da *ação* social. A segunda distinção permite mostrar como noções de fundo metafísico são sistematicamente transformadas por Weber em questões metodológicas. Em Simmel, as formas derivam da vida, como fluxo irracional de eventos, e se contrapõem

a ela. Deixando de lado que a expressão desses eventos, em Simmel, se dá no plano das vivências e que Weber se recusa a atribuir a essa noção qualquer utilidade na análise científica, o essencial é que aquilo que em Simmel aparece como “vida” converte-se em Weber na noção muito mais específica de história, entendida também como fluxo de eventos, mas não como intrinsecamente irracional e sim apenas como empiricamente inesgotável, e a noção de forma converte-se na de situação.

A noção de situação envolve a idéia de um complexo de ações reciprocamente referidas (sem que isso implique presença concreta dos agentes; basta que as ações sejam orientadas conforme outras ações possíveis) que ganham seu caráter particular de algo assim como uma matriz de sentido, presente em todas essas ações. A constituição e sobretudo a persistência de uma situação são, contudo, problemáticas, porque ocorrem num contexto em princípio aberto – salvo num caso limite, que é precisamente o que mais preocupou Weber, ou seja, o da vigência plena da racionalidade da ação – e são, portanto, *possíveis* mas não determinadas nem necessárias; sempre há alternativas. Por outro lado, da mesma maneira como a constituição da situação limita internamente o campo de opções dos agentes, ela limita externamente as possibilidades alternativas. Se associarmos a isso a idéia de Weber, de que é possível observar, empiricamente e não em princípio, certas regularidades nas ações de sujeitos – o que, creio eu, implica torná-los como já situados – então abre-se o caminho para trabalhar a idéia da “possibilidade objetiva” das situações ou linhas de ação alternativas em termos daquela modalidade de “experiência mental” à qual Weber atribuía tanta importância nos estudos históricos e também sociológicos; na medida em que se possa afirmar que aquilo que para o historiador é um *evento* é uma

*situação* para o sociólogo. Tome-se o exemplo utilizado por Weber ao discutir o caráter significativo e referido a valores da seleção de um fato histórico e ao elaborar o conceito de “possibilidade objetiva”: a batalha de Maratona. Efetivamente, dado que gregos e persas comprovadamente se envolveram nessa batalha, havia objetivamente a possibilidade de qualquer dos lados sair vitorioso, como também eram objetivas as conseqüências prováveis que adviriam disso em cada caso, admitindo-se a hipótese da persistência das orientações regulares da conduta dos participantes observadas antes do seu confronto, pelo menos no tocante às relações com povos vencidos. O confronto entre o decurso histórico efetivo e o (objetivamente) possível mas (subjetivamente) construído permite mostrar, então, a importância do evento para quem o examina com a atenção orientada para o confronto entre valores e formas de conduta de vida que os oponentes representavam. Observe-se, no entanto, que, se a batalha de Maratona é um evento único e irrepetível da perspectiva do historiador, ela só ganha pleno sentido quando encarada sociologicamente como uma situação, na medida em que envolve a presença de regularidade de conduta dos participantes, influenciada pela própria relação entre eles. Reciprocamente, uma situação específica de mercado, para ficarmos na área tratada por Weber na citação acima, pode ser encarada como um evento: por exemplo, a promulgação das “corn laws” na Inglaterra novecentista. De todo modo, o conceito de “possibilidade objetiva” incorpora em sua formulação tanto a perspectiva histórica quanto a sociológica, e permite demonstrar como ambas são inseparáveis no pensamento weberiano.

Essas considerações permitem também pôr no seu devido lugar o papel da compreensão no esquema weberiano. Como tantos outros, esse termo adotado por Weber é infe-

liz, porque traz consigo a idéia de que se esteja procurando um recurso que assegure a *evidência* dos fenômenos analisados, dispensando quaisquer outros procedimentos científicos de controle dos seus resultados. Na realidade, Weber sempre pretendeu, na sua concepção desse recurso metodológico, demonstrar precisamente o contrário. Como já demonstrou Tennbruck, uma das conclusões básicas que se podem tirar dos ensaios sobre Roscher e Knies é a da separação nítida entre evidência e validade científica. A compreensão de que fala Weber é um *instrumento de análise* recomendável porque o universo histórico-social lhe é acessível dado o caráter significativo da ação social. Sua função específica é a de auxiliar na formulação de hipóteses a serem verificadas empiricamente. Além disso, longe de ser "intuitiva", ela depende, para ser utilizada com alguma eficácia, de um certo grau prévio de conhecimento de regularidades empíricas ("nomológico") e da situação em que ocorre. Do contrário, cai-se no vazio, porque em princípio qualquer sentido pode ser atribuído a uma ação singular observada; o que equivale, nesses termos, a neutralizar a própria idéia de compreensão, pois se uma ação tiver qualquer sentido, ela não terá nenhum em particular.

Em suma, também na análise o sentido da ação não pode ser concebido – e compreendido – independentemente da situação em que ocorre. Essa situação, diga-se de passagem, presta-se mesmo a ser entendida em termos de uma "lógica das interações" que ocorrem no interior de determinados "campos" de representações, tal como o faz Pierre Bourdieu na sua tradução do esquema weberiano para uma versão bastante sofisticada do chamado "interacionismo simbólico" e sua aplicação à sociologia da religião (Bourdieu, 1974: 79-98, esp. 81-2). Weber sempre desconfiou das "evidências" já dadas sem mais (embora elas

constituam meta do conhecimento), assim como rejeitava qualquer busca de uma "visão de essências" de raiz fenomenológica (com a explícita restrição a Karl Jaspers, cujas tentativas apoiava). É contra isso que se dirige sua observação, na introdução à *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, de que "quem quer 'visões' que vá ao cinema". Da mesma forma, nada queria ter a ver com qualquer forma de "empatia", pelo contrário: sempre preconizou um certo *distanciamento* entre o cientista e os fenômenos observados, que ele afinal converte em *objetos* de análise. Na mesma passagem da *Ética* encontra-se também uma clara referência crítica à "falta de distanciamento" (ou de "perspectiva", na tradução brasileira) em relação àquilo que se estuda.

A contrapartida de Weber para a pergunta de Simmel sobre como é possível a sociedade seria a pergunta sobre como é possível a persistência de linhas de ação. Cabe lembrar, neste passo, que o procedimento tipológico adotado por Weber tem pouca afinidade com uma concepção de mudança gradativa. Tipos são essencialmente descontínuos, e por isso prestam-se tão bem à análise comparativa. Isso suscita problemas para a concepção do processo histórico em Weber, que oscila entre a multiplicação de casos exemplares pontuais aos quais ele recorre (em *Economia e sociedade*, especialmente) para assinalar diferenças e descontinuidades no curso histórico (mais exatamente, nos múltiplos cursos históricos), e uma concepção de cortes abruptos em processos históricos mediante reorganização carismática dos valores últimos orientadores da conduta. Atomização de eventos sem sentido unificado, por um lado; alternativa entre rotina e ruptura radical, pelo outro. Ressurge, assim, a referência de Adorno, em outro contexto, a uma "pseudo-história".